



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Territórios, questão agrária e colapso ambiental

Memórias Negras no Leste Fluminense: experiência de uma extensão universitária¹

Sandra Regina Vaz da Silva²

Ingrid Pereira Mota³

Lara Silva Carvalho⁴

Bárbara Aparecida de Meira⁵

Resumo: O presente trabalho busca relatar a experiência de um projeto de extensão sobre memórias negras no Estado do Rio de Janeiro, com ênfase no município de São Gonçalo, tendo como foco a Fazenda Engenho Novo. Discute o apagamento histórico e as desigualdades oriundas da confluência entre racismo e formação capitalista, articulando resistência comunitária, combate ao racismo e educação antirracista.

Palavras-Chaves: memória negra. território. apagamento. extensão universitária. serviço social.

Black memories in Eastern Fluminense: A university extension experience

Abstract: This paper aims to report on the experience of an outreach project on Black memories in the State of Rio de Janeiro, with an emphasis on the municipality of São Gonçalo, focusing on the Engenho Novo Farm. It discusses the historical erasure and inequalities arising from the confluence of racism and capitalist formation, articulating community resistance, the fight against racism, and anti-racist education.

Keywords: Black memory. territory. erasure. university extension. social work.

Introdução

O artigo apresenta reflexões teóricas e relatos de experiência em um projeto de extensão sobre memória negra na região leste fluminense, com destaque para o município de São Gonçalo. Além deste município, Niterói, Rio de Janeiro e Magé compõem o conjunto de territórios parceiros que integram a proposta.

¹ Todas as autoras expressam concordância com a divulgação do artigo.

² Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Contato: sandravaz@idd.uff.br

³ Discente de graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Contato: ingridpereira@id.uff.br

⁴ Discente de graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Contato: lara_carvalho@id.uff.br

⁵ Discente de graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Contato: barbaremeira678@gmail.com

A extensão nasceu no bojo do processo de implementação da curricularização da extensão no curso de serviço social da Universidade Federal Fluminense, em Niterói-RJ, sendo resultante de um projeto de pesquisa sobre racismo e capitalismo na particularidade da formação social brasileira. Seu objetivo parte de uma perspectiva de educação antirracista, e propõe uma intervenção político-pedagógica nos modos de narrar e re-significar os territórios do estado do Rio de Janeiro, através de uma abordagem crítica e materialista que busca enfrentar o apagamento histórico que se constituiu, a partir das experiências da população negra e indígenas em suas formas de lutas e re-existências.

Cabe destacar que a iniciativa em torno da pesquisa e extensão partiram da seguinte conjuntura: 1) a crescente demanda de estudantes negros, indígenas e quilombolas no curso de Serviço Social e suas reivindicações por disciplinas e abordagens teórico - metodológicas que alinhassem às suas respectivas realidades na última década; 2) o movimento estudantil organizado e sua pauta de reivindicação em torno da necessidade de construções de disciplinas optativas sobre relações étnico – raciais, e que posteriormente se tornou disciplina obrigatória e transversais aos outros componentes curriculares com o processo de revisão curricular iniciado no ano de 2018; 3) a ampla procura em torno da disciplina e dos debates sobre relações étnico - raciais pelos estudantes de graduação do curso de Serviço Social e também por estudantes de outras áreas do conhecimento; 4) o significativo número de estudantes jovens que residem na região leste fluminense e pouco conhecem a história de seus territórios, e em sua maioria, nunca visitaram os espaços de memória negra da cidade do Rio de Janeiro, que é referência no país e no mundo devido ao grande acervo histórico em torno do escravismo colonial no Brasil.

Em sua primeira edição, no ano de 2024, o projeto realizou articulação com as lideranças dos territórios parceiros do projeto, atividade de formação dos extensionistas participantes através de grupo de estudos, debates e sistematizações, realização de visitas técnicas aos espaços de resistência e memória negra no Estado do Rio de Janeiro. Elaborou artigos para apresentação em eventos acadêmicos, planejamento e organização de todas as etapas de visita aos territórios com a comunidade acadêmica da universidade. Nesta proposta, o momento em que antecedia às visitas foram organizados em encontros presenciais de formação. Os critérios de seleção dos participantes foi

estabelecido à partir dos seguintes itens: 1) ser estudante autodeclarado negro ou indígena (graduação ou pós-graduação), morar em um dos territórios de referência; 3) ativismo e militância no movimento negro.

As visitas aos territórios foram marcadas por aulas públicas e participação nos seguintes locais: Circuito de Herança Africana na região portuária do Rio de Janeiro, Percorso de Memórias Negras de Niterói, Fazenda do Engenho Novo no município de São Gonçalo e território onde coexistiu o Quilombo de Maria Conga em Magé, na baixada fluminense.

Mediante os acúmulos e experiências resultantes de sua primeira edição, o presente artigo pretende discorrer sobre a experiência da visita à Fazenda Engenho Novo, recuperando o seu significado sócio-histórico e político vinculado à realidade do município de São Gonçalo. A proposta é tecer aproximações e reflexões sobre a particularidade da formação social brasileira, com base na experiência da Fazenda Engenho Novo, localizada no distrito de Monjolos em São Gonçalo.

Demonstraremos os impactos do escravismo colonial e seus desencadeamentos na constituição do capitalismo brasileiro, cujo processo desencadeou o apagamento, exploração, opressão e desigualdades sócio-raciais, luta pela terra e degradação do patrimônio, em um município que foi constituído sob a égide conservadora e paternalista mantida até a atualidade.

Compreendendo a universidade como um campo de disputa teórico-metodológica, regida historicamente sob a égide colonial e eurocêntrica, a luta do movimento negro e suas conquistas, sobretudo no período da redemocratização brasileira (Silva, 2024), resultaram na lei 10.639/2003,¹ que emerge como resultado de tais reivindicações para a inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana no contexto escolar, seguida pela lei 11.645/2008,² que acrescenta a cultura indígena nessa reivindicação. Seguindo tais premissas, destacamos a importância da efetivação das respectivas legislações nos cursos de formação técnica e universitária, numa perspectiva de educação antirracista, de modo que estudantes – e futuros profissionais – adquiram formação crítica sobre a realidade para descortinar as contradições postas pela realidade que a história oficial construiu, permeada por narrativas racistas e fragmentadoras das consciências e identidades negras e indígenas brasileiras.

Para além da reivindicação da diversidade no ambiente e debate acadêmico, essa formação é necessária para que futuros profissionais de áreas biológicas, exatas, humanas e afins sejam capacitados para uma atuação profissional comprometida com as particularidades que atravessam a realidade brasileira, tais como gênero e sexualidade, raça/etnia, classe social e território, sobretudo no enfrentamento ao racismo institucional nos espaços das políticas públicas, empresariais e da sociedade civil.

2. “Morando em São Gonçalo você sabe como é”⁶

Partindo da concepção de Milton Santos (1999) sobre o território, que entende que este não pode ser compreendido por si próprio, mas por sua relação com a identidade e pertencimento daquele espaço, visto que ele fundamenta o trabalho, a residência, as trocas materiais e espirituais que condicionam a vida, essa compreensão se estende a própria ideia de nação e estado nacional, pois tiveram fundamento no território, visto que a nação foi produzida por ele, que depois aperfeiçoou o seu modo de ser. (Santos, 1999, p.08).

Neste sentido, situamos São Gonçalo como um município que faz parte da região metropolitana do Rio de Janeiro e está localizado no leste fluminense. O município possui uma estimativa populacional de 960.652 pessoas, destacando-se como o segundo município mais populoso do estado, ficando atrás apenas da capital carioca, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024). No entanto, os dados demonstram que o município sofreu uma diminuição em sua população em comparativo com o ano de 2017, quando prevaleciam cerca de 1.049.826 habitantes, segundo os dados do IBGE (2022). Dentre as inúmeras hipóteses que podemos evidenciar com a queda populacional, a crise sanitária causada pela pandemia de covid-19 e o alto índice de violência podem ser relevantes para iniciar nossas reflexões.

Contudo, compreendemos também que a realidade do município vem acompanhada do processo de crise econômica por que passou o Leste Fluminense após o período de crescimento relacionado às atividades petrolíferas, os empreendimentos preparatórios dos megaeventos como os jogos Pan-Americanos em 2007, a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016. Tais empreendimentos lograram atividades ligadas à construção civil e expansão dos setores de serviços, que impactaram

⁶ Trecho da música *São Gonça*, de Seu Jorge (Columbia Records, 1998).

diretamente a região, trazendo perspectivas de uma retomada industrial no município (Oliveira, 2019).

No entanto, o que se viu foram os efeitos da grande crise econômica internacional que provocou a desaceleração da economia mundial em 2008. Mediante o quadro de recessão internacional, houve medidas anticíclicas e sem efeitos, adotadas pelos governos Lula e Dilma, além da desvalorização do preço do petróleo, que impactou diretamente na economia fluminense. Consequentemente, postos de trabalhos foram fechados, aumentaram os índices de desemprego, houve redução da capacidade de consumo da população, aumento da violência, ausência de políticas habitacionais e aprofundamento da favelização na cidade (Oliveira, 2019).

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ONU, 2023), cerca de 15.453 pessoas estavam abaixo da linha da extrema pobreza no ano de 2023 em São Gonçalo, enquanto 210.954 pessoas estavam em condição de pobreza no mesmo ano. Com base nessa constatação, verifica-se também que os dados do IBGE do ano de 2022 demonstram que o município possui uma média de população ocupada de 136.864, totalizando 34,5% de seus munícipes como trabalhadores formais, com renda média de 1,9 salários mínimos mensais (IBGE, 2022). Portanto, o município de São Gonçalo se caracteriza pelo significativo perfil da classe trabalhadora, que em grande medida estuda e/ou trabalha fora da sua cidade de residência, e possui uma grande massa de trabalhadores na informalidade.

A ausência de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico e a proteção social agrava ainda mais esse cenário. Com a precarização dos serviços públicos e a falta de investimentos em infraestrutura e geração de emprego e renda, São Gonçalo se tornou um terreno fértil para o avanço da desigualdade social e econômica. Neste contexto, a população encontra-se cada vez mais demandante de iniciativas assistencialistas e paternalistas, tanto estatais quanto privadas, que se destacam como respostas paliativas à ausência de um projeto estruturado de desenvolvimento urbano, econômico e social.

O crescimento das igrejas pentecostais significativamente vinculadas à ideologia da extrema-direita, também crescente na última década, não apenas consolidou os espaços religiosos como principais agentes do assistencialismo e paternalismo no

município de São Gonçalo, como também promoveu um impacto significativo na dinâmica política local.

O sentimento de insegurança e abandono do poder público criou um ambiente propício para a difusão de pautas autoritárias e antidemocráticas no município. Nesse contexto, candidatos que se apresentavam como defensores da "moral cristã", da "família" e da "ordem" ganharam espaço ao criminalizar movimentos sociais, descredibilizar a imprensa e reforçar discursos punitivistas. Um dos casos mais emblemáticos desse processo, foi a reeleição do atual prefeito da cidade, ligado ao bolsonarismo e ao conservadorismo religioso, ambos pilares da extrema direita.

O racismo religioso, a intolerância e os ataques aos terreiros de religiões de matriz africana são expressões cotidianas vivenciadas numa São Gonçalo, que tem o seu chão histórico carregado por memórias negras e indígenas, mas que se encontram em ruínas, a exemplo da Fazenda Colubandê e Fazenda Engenho Novo. Essa última encontra-se em processo de abandono e degradação, tendo sido a sua arquitetura original descaracterizada pelo próprio governo municipal década de 1990, e, de lá pra cá, sofreu gradualmente com a degradação e o abandono, tendo frequentemente convivido com depredação, vandalismo, deterioração por falta de manutenção e furto de seu acervo histórico. Como demonstra Santiago; Oliveira (2022), a sua estrutura transformou-se em ruínas.

Partindo dessa construção, abordaremos a intrínseca relação entre o passado e o presente, denunciando um processo de relações desiguais marcadas pela exploração e opressões de gênero, raça-etnia, classe social e território, e a tentativa de apagamento histórico permeada por ações autoritárias, retrógradas e conservadora.

3. São Gonçalo: território invisibilizado e a memória como resistência

São Gonçalo é um município marcado pela perpetuação de uma negligência histórica, onde cada morador experimenta cotidianamente os atravessamentos de um território estigmatizado, atravessado pelos altos índices de desigualdade e violência estatal e sistêmica. Embora seja o segundo município mais populoso do estado do Rio de Janeiro, com aproximadamente um milhão de habitantes, São Gonçalo é reiteradamente invisibilizado no planejamento urbano e nas políticas públicas estaduais e municipais.

Marcado por um grande curral eleitoral, as barganhas políticas em troca de pequenos favores emergem em detrimento das demandas e reivindicações da população. Como sabemos, essa negligência não é neutra, mas seletiva e profundamente marcada por questões de gênero, classe, raça e território. A invisibilidade de São Gonçalo não é apenas demográfica ou geográfica, mas política e simbólica (Tupinambá; Mitchel; Santos, 2023, p. 02). Essa constatação destaca que o município foi transformado em uma espécie de “vazio urbano”, onde a ausência do Estado não é acidental, mas estratégica.

Essa lógica se torna ainda mais contraditória quando percebemos que São Gonçalo faz divisa com os municípios de Niterói e Maricá — que recebem investimentos significativos em infraestrutura, cultura e mobilidade urbana por parte do Estado. Diante disso, como pode São Gonçalo continuar sendo negligenciado em suas necessidades mais básicas? Essa pergunta revela o caráter desigual e combinado em nível regional, nacional e internacional e denuncia uma política de abandono deliberada.

No cotidiano gonçalense, os atravessamentos são inúmeros. Seus moradores enfrentam longos deslocamentos para estudar ou trabalhar, ruas bloqueadas por barricadas impostas pelo poder paralelo, por vezes, pela própria polícia. A presença do poder armado nas comunidades não se traduz em proteção, mas em controle e medo. As operações policiais muitas vezes ocorrem de forma arbitrária, suspendendo o funcionamento de escolas, unidades de saúde e transportes.

Contudo, apesar de toda a violência estrutural, São Gonçalo resiste. As memórias produzidas por seus moradores — contadas nas feiras culturais, nas rodas de rimas dos coletivos de juventude, no observatório da periferia, no movimento negro e nos terreiros religiosos — são formas de reexistência e preservação não somente do território, mas também da memória. A memória é uma ferramenta de resistência que reafirma a existência de sujeitos e territórios marginalizados (Tupinambá; Mitchel; Santos, 2023, p. 05). Preservar essas memórias é fundamental para resgatar nossa humanidade diante do apagamento sistemático.

Nesse sentido, o enfrentamento ao racismo religioso, violências e demais opressões são expressões cotidianas vivenciadas numa São Gonçalo, que tem o seu chão histórico carregado por memórias negras e indígenas, mas que se encontram em ruínas, a exemplo da Fazenda Colubandê e Fazenda Engenho Novo.

Em uma região empobrecida do município de São Gonçalo e marcada pela história e resistência da população negra, está situada a Fazenda Engenho Novo. Ela se configurou como um dos principais latifúndios do município e hoje, em situação de ruínas, o espaço guarda marcas de um local estruturado pelo escravismo colonial, tomado por memórias de gerações de trabalhadores negros que tiveram suas práticas culturais apagadas e de lutas por permanência, dignidade e reconhecimento.

No século XIX, a Fazenda Engenho Novo foi comprada por Belarmino Ricardo de Siqueira, um político e latifundiário, que em seguida viria a receber o título de Barão de São Gonçalo, em 1818. Ali desenvolveu-se uma estrutura latifundiária voltada para a produção de cana-de-açúcar, aguardente e alguns produtos agrícolas. Toda estrutura produtiva da fazenda era fruto da mão-de-obra escrava, ou seja, as funções agrícolas e domésticas eram realizadas por meio da força de trabalho de pessoas negras escravizadas (Lages; Santos, 2020), (Santiago; Oliveira, 2022).

Assim, a grandiosidade da propriedade refletia o circuito de tráfico transatlântico no contexto do Brasil Colônia, responsável por trazer ao Brasil cerca de 40% de africanos escravizados. Até o ano de 1850 esse número era de cerca de 4.850.000 pessoas. Somente o Rio de Janeiro recebeu cerca de 1.500.000 africanos em seus portos, onde eram comercializados e distribuídos para diferentes regiões (Silva, 2024). É válido destacar que o século XVIII e XIX foi o ápice desse movimento transatlântico e que isso está relacionado ao desenvolvimento da sociedade moderna, à medida que relaciona a estrutura colonial de exploração com as novas formas produtivas (Moura, 2014).

Ademais, durante muito tempo, a Fazenda Engenho Novo foi símbolo de prestígio. Relatos apontam que o Barão de São Gonçalo foi destaque na aristocracia do município e tinha relação próxima com a monarquia, inclusive, os estudos apontam que a propriedade já recebeu D. Pedro II em razão da sua amizade com Belarmino. Devido a essa proximidade, o Barão de São Gonçalo foi agraciado com os títulos honoríficos de Fidalgo da Casa Imperial e Comendador da Imperial Ordem. (Santiago; Oliveira, 2022). Sendo assim, a Fazenda Engenho Novo, devido a autoridade do Barão e pelo destaque na produção e dinâmica comercial, possuía uma relevante importância econômica e cultural na cidade como também na estrutura agrária da província do Rio de Janeiro, pois abastecia o município que posteriormente se tornaria a capital do Brasil (Lages; Fernandes, 2020).

Alguns descrevem Belarmino como um “simpatizante do abolicionismo” por ter concedido algumas alforrias. Todavia, é importante ressaltar que esse ato, disfarçado de forma de proteção, ainda era um regime que garantia a manutenção das estruturas escravistas, baseada na exploração e no controle. Por isso, a importância de compreender a totalidade da formação social brasileira, para não cair na interpretação conservadora que partia de uma visão dócil e passiva do escravizado, ao passo da benevolência de seus senhores.

Com o desenvolvimento das relações de produção, uma complexa relação se constituiu ao redor da fazenda com o crescimento de pequenos proprietários de terras denominados “mini fundistas”. Após este período, a agricultura nacional passou por um processo de reorganização, em função da proibição do tráfico transatlântico, resultando no empobrecimento dos pequenos proprietários da região de São Gonçalo, sobretudo em função da Lei de Terras⁷, gerando endividamento junto aos grandes latifundiários. Santiago (2023) aponta que nesta fase, se destacou o aluguel de cativos e a prática de arrendamento como controle dos grandes latifundiários sob os pequenos agricultores. Esta prática se manteve durante todo o século XX na região, e conforme afirma Santiago (2023), desencadeou conflitos entre trabalhadores, meeiros e arrendatários numa disputa pela posse da terra e o trabalho rural.

Nessa realidade também estiveram presentes famílias remanescentes da população negra escravizada, que se mantiveram no território após a abolição, mas que não tiveram condições legais de adquirir as terras que já ocupavam e cultivavam, dependendo assim de uma relação precária, por vezes sem remuneração, junto aos antigos senhores.

No contexto pós-abolição vale destacar a realidade enfrentada pela população negra, que foi marginalizada nas relações de assalariamento e estiveram fora da disputa pela terra, visto que foram criados diversos mecanismos jurídicos e políticos de barragens

⁷ A Lei de Terras foi criada em 1850, sob a lei n. 601 e protegia o Estado na venda da terra, ou seja, não permitia mais a sua doação. Na medida em que a terra se tornava domínio público e patrimônio público da nação, a lei assegurava sua compra e venda, tendo o governo como mediador entre o domínio público e o possível proprietário. Consequentemente, essa modificação impediu as indenizações e/ou possibilidade de aquisição de terras à população negra como reparação histórica e facilitou sua compra pelo colono estrangeiro (MOURA, 2014).

(Moura, 2014), na passagem para o capitalismo brasileiro, que garantisse a concentração de poder em contramão da marginalização do negro liberto e seus descendentes.

Somente na década de 1980 houve uma mudança nesse contexto. Com a venda da propriedade a um empresário, somado ao declínio da fazenda mediante ao acelerado processo de urbanização e pela crise da agricultura tradicional, os moradores passaram a enfrentar tentativas violentas de expulsão. Conflitos fundiários se intensificaram e, diante da resistência das comunidades camponesas, o Estado foi pressionado a intervir. Em 1991, a área foi declarada de utilidade pública e, dois anos depois, oficializou-se a desapropriação. Essa conquista, porém, não representou o fim das dificuldades.

A ausência de políticas de fortalecimento da agricultura familiar, a precariedade das moradias e a exploração ambiental, a tomada pelo poder paralelo dificultaram a consolidação do assentamento. Ao mesmo tempo, o casarão histórico, já deteriorado, foi sendo progressivamente descaracterizado, sem qualquer esforço institucional de preservação. O que era um marco histórico e arcabouço de memória sobre o passado colonial, passou a representar o apagamento deliberado da memória negra local.

Em contramão a esse cenário, a resistência no território se mantém viva. Diversas famílias negras ainda habitam nesta região e fazem o trabalho de preservar a história através da oralidade, transmitindo de geração em geração, recusando-se a deixar que a memória seja silenciada, pois “o esquecimento ativo de uma história pontuada pelo sofrimento, pela humilhação, pela exploração, pelo etnocídio aponta para uma perda de identidade própria” (González, 1998).

A Fazenda Engenho Novo é, portanto, mais do que um vestígio do passado. É um território político, onde se materializam as contradições da formação social brasileira. Sua história desmonta a estratégia da democracia racial em fomentar o apagamento das memórias negras e indígenas no país e revela os mecanismos jurídicos, políticos, econômicos e ideológicos que impediram a população negra de acessar terra, cidadania e memória. Revela, portanto, os efeitos do racismo na sociedade brasileira.

Considerações finais:

A trajetória da Fazenda Engenho Novo, situada em São Gonçalo (RJ), ultrapassa os limites da história local e nos convoca a refletir sobre os processos estruturais de apagamento, resistência e disputa por memória no Brasil. Mais do que um vestígio do

passado colonial, esse território constitui-se como espaço simbólico de continuidade das desigualdades socioespaciais, raciais e econômicas herdadas do escravismo e dinamizadas pelo capitalismo dependente que marca a formação social brasileira.

A invisibilidade institucional que recai sobre a Fazenda Engenho Novo não é resultado do acaso, mas da persistência de um projeto de cidade que marginaliza os sujeitos históricos, criminalizam sua presença e apagam sua memória.

Nesse sentido, a Fazenda Engenho Novo representa não apenas um passado silenciado, mas uma história em disputa, um campo de resistência ativa frente às tentativas de apagamento e negação de direitos. Reafirmar a importância da memória negra nesse território é também afirmar a urgência de políticas de reparação, de reconhecimento das comunidades como sujeitos de direitos e de inclusão de suas narrativas nos espaços institucionais, inclusive na universidade pública pensada numa educação antirracista, cujos profissionais da educação, direitos humanos, assistência social, saúde, urbanismo e afins atuarão nesses locais e em atendimentos à esses sujeitos sociais.

Referências

BRASIL. **Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888.** Declara extinta a escravidão no Brasil

BRASIL. **Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850.** Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império.

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850.** Dispõe sobre a legitimação de terras devolutas e outras providências.

GONZÁLEZ, Lélia. **A categoria político-cultural da amefricanidade.** Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92-93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101637.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2024.** Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/sao-goncalo.html>. Acesso em: 9 jul. 2025.

IBGE. **São Gonçalo - RJ, panorama, 2022**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-goncalo/panorama>. Acesso em abril de 2025.

LAGES, Luiz Henrique Marinho; SANTOS, Marcelo Guerra. **A comunidade da Fazenda Engenho Novo**, São Gonçalo, RJ. In: SANTOS, Marcelo Guerra (org.). *O rural em regiões metropolitanas: a Fazenda Engenho Novo, São Gonçalo*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 2 ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014.

OLIVEIRA, Bruno J. **Crise urbana e sujeitos coletivos: a experiência do MTST em São Gonçalo**. In: Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico, 3., Belo Horizonte, 2019. Anais... Belo Horizonte: UFMG, 2019. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/urbbio2019/174955-CRISE-URBANA-E-SUJEITOS-COLETIVOS--A-EXPERIENCIA-DO-MTST-EM-SAO-GONCALO-RJ>. Acesso em: 25 mar. 2025.

ONU. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/330490>. Acesso em: 25 mar. 2025.

SANTIAGO, Daiana Sousa. **Memória negra em São Gonçalo: cativo e liberdade nas terras da Fazenda Engenho Novo**. (Dissertação de mestrado). CEFET-RJ, 2023.

SANTIAGO, Daiana Sousa; OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. **Fazenda Engenho Novo: história oral e memória negra na cidade de São Gonçalo**. Revista Transversos, Rio de Janeiro, 24, p. 120–142, abr. 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/64555>. Acesso em: 07 jul. 2025.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. Revista GEOgraphia, ano 1, n. 1, 1999.

SILVA, Sandra Regina Vaz da. **A centralidade da questão racial nas lutas de classes no Brasil: um estudo a partir de organizações da esquerda brasileira entre a ditadura e a redemocratização**. (Tese de Doutorado). UFRJ, 2024

TUPINAMBÁ, Gabriel; MITCHEL, Raul; SANTOS, Rodrigo. **São Gonçalo, cidade invisível: memórias de resistências cotidianas**. São Gonçalo: Universidade Livre da Cultura, 2023.